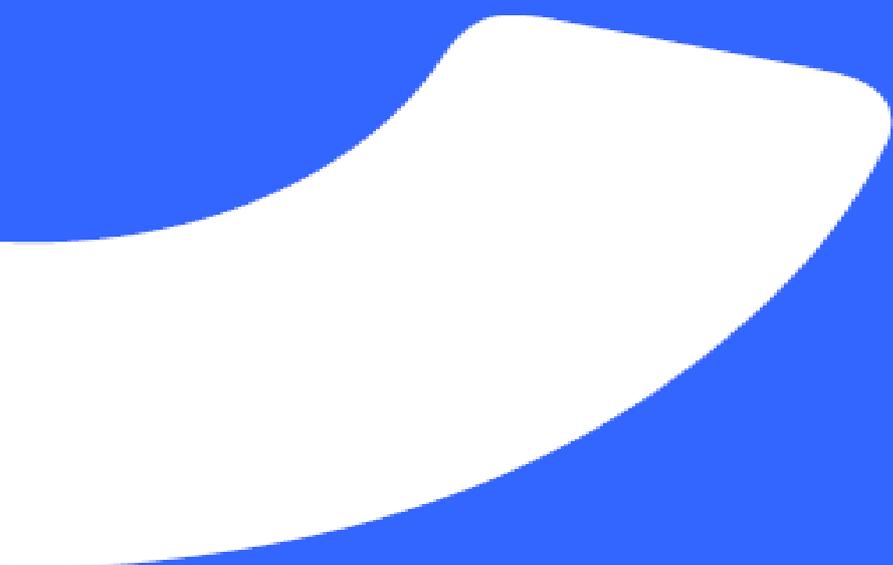




# Notas Explicativas Bacen (BRGAAP)



# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais</b>	<b>4</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>15</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais</b>	<b>16</b>

# Mensagem da Administração

## Ambiente Econômico

As principais economias do mundo têm sido impactadas por uma forte pressão inflacionária, resultado de estímulos monetários empregados durante um longo período para combater os impactos da pandemia, e que foi agravada em 2022 pelo aumento nos preços das *commodities* e pela interrupção da cadeia global de suprimentos, causados pela guerra na Ucrânia e novos *lockdowns* na China. Para combater essa aceleração na inflação, vários bancos centrais iniciaram um ciclo de aperto monetário, retirando esses estímulos e elevando os juros.

No Brasil, testemunhamos a inflação atingir 11,89% no acumulado dos últimos 12 meses, uma alta persistente e disseminada entre vários componentes. Para convergir a inflação ao redor da meta, o Banco Central sinalizou que continuará avançando em território contracionista até que se consolide um processo de desinflação e ancoragem das expectativas em torno de suas metas. No período, encerramos com uma taxa básica de juros de 13,25% ao ano, um rápido aumento de 11,25 pontos percentuais do início de 2021 até o presente.

## Paraná Banco

Mesmo em um contexto macroeconômico desafiador, o Paraná Banco apresenta, mais uma vez, sólidos resultados financeiros e operacionais. Reflexo, entre outras coisas, de sua carteira de crédito focada no consignado para o INSS e demais convênios federais. A qualidade desses ativos, nos torna pouco expostos a uma piora nos índices de inadimplência, observada no mercado devido a deteriorações nas condições econômicas no Brasil.

Finalizamos o primeiro semestre de 2022 com uma carteira de crédito de R\$ 6,3 bilhões. O crédito consignado, responsável por 98,8% da carteira total, cresceu 7,7% nos últimos 12 meses. Crescimento acompanhado dessa boa qualidade de crédito, apresentando um índice de inadimplência, carteira vencida acima de 90 dias, de apenas 1,4%, sendo que 1,9% da carteira está provisionada.

Nesse trimestre, tivemos a retomada da margem consignável do INSS para 35%, causando aumento na produção em comparação ao trimestre anterior. Como resultado desse cenário, a originação de crédito consignado do Paraná Banco atingiu R\$ 1.858,2 milhões no 2T22, demonstrando um aumento de 130,9% na comparação trimestral. A originação total do Paraná Banco finalizou o período em R\$ 1.875,6 milhões, sendo que o PB FGTS foi responsável por R\$ 17,4 milhões do total. Além disso, atingimos a marca de 400 mil clientes ativos no período.

Encerramos o primeiro semestre com um lucro líquido de R\$ 70,8 milhões, uma redução de 25,2% em relação ao primeiro semestre do ano anterior. Como mencionado, o rápido aumento da taxa de juros no Brasil pressionou as margens financeiras do Banco, dado que os custos de captação são majoritariamente pós-fixados, ao passo que as taxas dos empréstimos concedidos são prefixadas.

Nesse cenário, as receitas da nossa carteira de *hedge* para a proteção do balanço foram fundamentais para a absorção das maiores despesas de captação no período. Em paralelo, estamos avançando firmemente na elevação das taxas de juros da carteira de crédito, por meio de operações de refinanciamento e novas operações com taxas maiores.

Somado à qualidade dos ativos, também é importante destacar nossos fortes índices de liquidez e de capital. Mantendo um histórico de conservadorismo e folga de capital, encerramos o trimestre com índice de Basileia de 24,3% e caixa total em R\$ 2,3 bilhões.

Nossa missão é nos tornarmos o melhor banco de consignado do Brasil. Para isso colocamos o cliente no centro de todas as nossas decisões, com todas as áreas do Banco possuindo foco na experiência do cliente. Como reflexo disso, nosso NPS aumentou para 84 pontos e nossa avaliação no Reclame AQUI subiu de “Bom” para “Ótimo”, além de termos sido indicados para a premiação do Reclame AQUI 2022.

Por fim, agradecemos a todos os nossos clientes pela confiança e aos nossos colaboradores pelo engajamento em entregar a melhor experiência e atendimento aos nossos clientes. Adicionalmente, mantemos nosso compromisso na busca pelo crescimento, eficiência e rentabilidade.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas do  
Paraná Banco S.A  
Curitiba - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Paraná Banco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Paraná Banco S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.g e nº 6, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco. O Banco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela referida Resolução de acordo com o nível de risco para fins de cálculo da provisão. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas, impactadas também pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia do Covid-19, inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em razão da complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como, ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco, relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação, atualização dos níveis de risco (“ratings”) dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Análise do cálculo aritmético incluindo a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022.



### **Provisões técnicas de seguros e resseguros registradas em empresas controladas em conjunto, mensuradas pelo método de equivalência patrimonial**

Conforme mencionado na nota explicativa 3.a, o Banco detém participações societárias indiretas em empresas controladas em conjunto do segmento de Seguros e Resseguros. Essas controladas em conjunto possuem passivos relacionados a contratos de seguros e resseguros denominados “Provisões Técnicas”. O reconhecimento da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR e a realização do teste de adequação de passivos requerem julgamento por parte das investidas na determinação de metodologias e premissas chaves que incluem, entre outras, experiência histórica de sinistros, fluxos de pagamentos e taxas de desconto. Devido à relevância do investimento e resultado dessas investidas, ao nível de julgamento envolvido na determinação das metodologias e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da “Provisão de Sinistros Ocorridos e não avisados – IBNR” e do teste de adequação de passivos e, conseqüentemente, o impacto na equivalência patrimonial reconhecida nas demonstrações financeiras do Banco, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das controladas em conjunto;
- Avaliação das evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas atuariais envolvidos na auditoria das controladas em conjunto; e
- Reuniões periódicas e análise das comunicações e dos relatórios enviados pelo auditor das controladas em conjunto, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração das provisões técnicas nas controladas em conjunto e, conseqüentemente, o impacto das provisões técnicas reconhecido por equivalência patrimonial no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

### **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, mas não exigida pelas normas expedidas pelo Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstrações financeiras do Banco e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e as suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e as suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e das suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 11 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP252418/O-3

## Paraná Banco S.A.

## Balancos patrimoniais consolidados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		<u>3.575.789</u>	<u>3.214.633</u>	<b>Circulante</b>		<u>4.478.777</u>	<u>4.190.375</u>
<b>Disponibilidades</b>	4	38	13	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		4.390.044	4.099.683
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<u>3.555.786</u>	<u>3.192.635</u>	<b>Depósitos</b>	9.a	<u>3.282.552</u>	<u>3.518.493</u>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	5.a	<u>1.822.441</u>	<u>1.588.496</u>	Depósitos à vista		3.479	10.683
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	750.202	850.203	Depósitos interfinanceiros		56.300	41.896
Carteira própria	5.a	980.153	724.656	Depósitos a prazo		3.222.773	3.465.914
Vinculados a compromisso de recompra	5.a	91.452	13.003	<b>Captações no mercado aberto</b>	9.b	<u>91.429</u>	<u>55.987</u>
Títulos de capitalização	5.a	634	634	Carteira própria		91.429	12.992
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<u>1.085</u>	<u>9.293</u>	Carteira de terceiros		-	42.995
Depósitos no Banco Central		997	9.293	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	9.c	<u>1.016.063</u>	<u>525.153</u>
Recebimentos e pagamentos a liquidar		88	-	Obrigações por emissão de títulos		1.016.063	525.153
<b>Operações de crédito</b>	6	<u>1.732.260</u>	<u>1.594.846</u>	<b>Relações Interfinanceiras</b>		<u>-</u>	<u>50</u>
Operações de crédito - setor privado	6.a/b	1.822.987	1.665.330	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	50
Operações de crédito - vinculadas a cessão	6.a/b	-	14.231	<b>Outras obrigações</b>		<u>88.733</u>	<u>90.692</u>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.c/d	(90.727)	(84.715)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.863	8.422
<b>Outros créditos</b>		<u>19.965</u>	<u>21.985</u>	Sociais e estatutárias		19.897	9.234
Rendas a receber		-	4.498	Fiscais e previdenciárias		11.292	9.543
Negociação e intermediação de valores	5.b	-	1	Negociação e intermediação de valores P	5.b	1.276	1.418
Diversos	7.a	19.965	17.486	Diversas	10	47.405	62.075
<b>Não Circulante</b>		<u>5.459.268</u>	<u>5.591.358</u>	<b>Não circulante</b>		<u>3.279.000</u>	<u>3.327.269</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<u>5.138.314</u>	<u>5.269.468</u>	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		3.270.197	3.284.201
<b>Instrumentos Financeiros</b>		4.990.875	5.105.911	<b>Depósitos</b>	9.a	<u>1.488.026</u>	<u>1.271.628</u>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	5.a	<u>550.818</u>	<u>761.178</u>	Depósitos a prazo		1.488.026	1.271.628
Carteira própria	5.a	466.596	681.406	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	9.c	<u>1.782.171</u>	<u>2.012.573</u>
Vinculados a prestação de garantia	5.a	84.222	79.772	Obrigações por emissão de títulos		1.782.171	2.012.573
<b>Operações de crédito</b>	6	<u>4.440.057</u>	<u>4.344.733</u>	<b>Outras obrigações</b>		<u>8.803</u>	<u>43.068</u>
Operações de crédito - setor privado	6.a	4.466.665	4.335.981	Diversas	10	8.803	43.068
Operações de crédito - vinculadas a cessão	6.a	-	37.052	<b>Patrimônio líquido</b>	13	<u>1.277.280</u>	<u>1.288.347</u>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.c/d	(26.608)	(28.300)	Capital social		767.254	767.254
<b>Outros créditos</b>		<u>137.521</u>	<u>153.639</u>	Reservas de lucros		496.274	464.848
Diversos	7.a	6.735	40.007	Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		13.752	56.245
Créditos tributários	12.c	130.786	113.632				
<b>Outros valores e bens</b>		<u>9.918</u>	<u>9.918</u>				
Outros valores e bens		9.925	9.925				
Provisão para desvalorizações		(7)	(7)				
<b>Investimentos</b>		<u>306.031</u>	<u>304.814</u>				
Investimentos em participações em coligadas e controladas em conjunto	8	305.974	304.757				
Outros investimentos		74	74				
Provisão para perdas		(17)	(17)				
<b>Imobilizado de uso</b>		<u>14.923</u>	<u>17.076</u>				
Imóveis de uso		1.972	1.972				
Outras imobilizações de uso		33.021	32.662				
Depreciação acumulada		(20.070)	(17.558)				
<b>Total</b>		<u><b>9.035.057</b></u>	<u><b>8.805.991</b></u>	<b>Total</b>		<u><b>9.035.057</b></u>	<u><b>8.805.991</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Paraná Banco S.A.****Demonstrações do resultado**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)*

	Nota	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<u>702.159</u>	<u>615.132</u>
Operações de crédito		557.249	544.231
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		144.909	70.901
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<u>(436.182)</u>	<u>(302.582)</u>
Operações de captação no mercado		(442.655)	(207.014)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		102.793	22.037
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.d	(96.320)	(117.605)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		265.977	312.550
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<u>(177.352)</u>	<u>(172.602)</u>
Receitas de prestação de serviços		142	156
Receitas de tarifas bancárias		138	194
Despesas de pessoal		(42.838)	(39.866)
Honorários da Administração		(3.019)	(3.029)
Outras despesas administrativas	15	(126.865)	(130.829)
Despesas tributárias		(16.534)	(20.235)
Resultado de participação em coligadas e controladas		16.315	11.146
Outras receitas operacionais	16	4.178	14.618
Outras despesas operacionais	16	(8.868)	(4.757)
<b>Resultado operacional</b>		88.625	139.948
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		88.625	139.948
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	12	<u>(17.772)</u>	<u>(45.221)</u>
Imposto de renda - corrente		-	(13.682)
Contribuição social - corrente		-	(11.224)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(17.772)	(20.315)
<b>Participação dos empregados e administradores nos lucros</b>		<u>(6)</u>	<u>-</u>
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<u>70.847</u>	<u>94.727</u>
<b>Quantidade de ações (em milhares)</b>		<u>3.254.993</u>	<u>3.257.764</u>
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>		<u>0,02177</u>	<u>0,02908</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Paraná Banco S.A.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2021</b>	<u>768.359</u>	<u>108.811</u>	<u>361.162</u>	<u>(27.453)</u>	<u>-</u>	<u>1.210.879</u>
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	42.458	-	42.458
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	94.727	94.727
<b>Destinações</b>						
Reserva legal	-	4.736	-	-	(4.736)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(22.945)	(22.945)
Reserva para integridade do Patrimônio líquido	-	-	67.046	-	(67.046)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<u>768.359</u>	<u>113.547</u>	<u>428.208</u>	<u>15.005</u>	<u>-</u>	<u>1.325.119</u>
<b>Mutações do semestre</b>	<u>-</u>	<u>4.736</u>	<u>67.046</u>	<u>42.458</u>	<u>-</u>	<u>114.240</u>
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2022</b>	<u>767.254</u>	<u>114.994</u>	<u>349.854</u>	<u>56.245</u>	<u>-</u>	<u>1.288.347</u>
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(42.493)	-	(42.493)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	70.847	70.847
<b>Destinações</b>						
Reserva legal	-	3.542	-	-	(3.542)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(39.421)	(39.421)
Reserva para integridade do Patrimônio líquido	-	-	27.884	-	(27.884)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<u>767.254</u>	<u>118.536</u>	<u>377.738</u>	<u>13.752</u>	<u>(0)</u>	<u>1.277.280</u>
<b>Mutações do semestre</b>	<u>-</u>	<u>3.542</u>	<u>27.884</u>	<u>(42.493)</u>	<u>(0)</u>	<u>(11.067)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Paraná Banco S.A.****Demonstração do resultado abrangente**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>70.847</b>	<b>94.727</b>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	(74.348)	82.430
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	33.457	(37.093)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação em ORA	(1.602)	(2.879)
<b>Resultado abrangente do semestre</b>	<b>28.354</b>	<b>137.185</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>28.354</b>	<b>137.185</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

**Paraná Banco S.A.****Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido ajustado do semestre</b>		<u>176.772</u>	<u>228.310</u>
Lucro líquido do semestre		70.847	94.727
<b>Ajustes ao lucro líquido:</b>			
Depreciações e amortizações		2.514	1.618
Resultado de participação em controladas	8	(16.315)	(8.267)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	96.320	117.605
Imposto de renda e contribuição social diferidos		17.772	20.315
Provisão para passivos contingentes	11.b	4.031	2.312
Ajuste de avaliação patrimonial de investimento	8	1.603	-
<b>Variações dos ativos e obrigações</b>		<u>(254.959)</u>	<u>(1.403.914)</u>
<b>(Aumento) redução de ativos</b>			
Títulos e valores mobiliários		(123.586)	(898.076)
Relações interfinanceiras (ativos/passivos)		8.158	(979)
Operações de crédito		(329.058)	(185.419)
Outros créditos		(4.132)	64.218
Outros valores e bens		-	(1.348)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>			
Depósitos		(62.036)	(339.943)
Captações no mercado aberto		35.442	118.506
Recursos de aceites e emissão de títulos		260.508	(19.992)
Outras obrigações		(38.991)	(84.278)
Imposto pago		(1.264)	(56.603)
<b>Disponibilidades líquidas (utilizadas) nas atividades operacionais</b>		<u>(78.187)</u>	<u>(1.175.604)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de investimentos	8	-	(375)
Dividendos recebidos	8	17.993	4.132
Aquisição de imobilizado de uso		(361)	(1.831)
<b>Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de investimentos</b>		<u>17.632</u>	<u>1.926</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Juros sobre o capital próprio		(39.421)	(22.945)
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos</b>		<u>(39.421)</u>	<u>(22.945)</u>
<b>Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<u>(99.976)</u>	<u>(1.196.623)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	17.d	850.216	2.014.829
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	17.d	750.240	818.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Paraná Banco S.A.****Demonstrações do valor adicionado**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
<b>Receitas</b>	<u>610.297</u>	<u>512.495</u>
Intermediação financeira	702.159	615.131
Prestação de serviços e tarifas bancárias	280	350
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(96.320)	(117.605)
Outras	<u>4.178</u>	<u>14.619</u>
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<u>(339.862)</u>	<u>(173.842)</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<u>(131.429)</u>	<u>(143.261)</u>
Materiais, energia e outros	(3.714)	(5.735)
Serviços de terceiros	(118.551)	(121.048)
Outros	<u>(9.164)</u>	<u>(16.478)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>139.005</u>	<u>195.392</u>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<u>(2.514)</u>	<u>(1.618)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<u>136.491</u>	<u>193.774</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<u>16.315</u>	<u>11.146</u>
Resultado de participação em controladas	<u>16.315</u>	<u>11.146</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>152.806</u>	<u>204.920</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<u>152.806</u>	<u>204.920</u>
Pessoal	<u>45.863</u>	<u>42.894</u>
Remuneração direta	30.100	28.573
Benefícios	6.986	6.256
F.G.T.S.	2.222	2.225
Outros	<u>6.555</u>	<u>5.840</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<u>34.306</u>	<u>65.456</u>
Federais	34.292	65.437
Municipais	<u>14</u>	<u>19</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<u>1.790</u>	<u>1.843</u>
Aluguel	1.790	1.843
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<u>70.847</u>	<u>94.727</u>
Juros sobre o capital próprio	39.421	22.945
Lucros retidos	<u>31.426</u>	<u>71.782</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Paraná Banco S.A. (“Banco”) é uma companhia aberta de direito privado constituída e com sede no Brasil, na Rua Comendador Araújo, 614, Centro, Curitiba, Paraná. Com mais de 40 anos, destaca-se pelo foco no crédito consignado e mais atualmente pela solução digital criada para esse produto, como também por investimentos de renda fixa e produtos de seguros por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brazil Acquisition LLC.

Desde 2017, o Banco passou a atuar com foco direcionado ao crédito consignado, para aposentados, pensionistas do INSS e servidores públicos e iniciou sua jornada de transformação digital com a criação de uma estrutura tecnológica proprietária focada em desenvolver a melhor experiência digital ao cliente. Atua por meio de uma estratégia *omnichannel* com canais de atendimento com dinâmicas distintas e complementares. Oferecendo aos clientes opções da melhor forma de ser atendido.

Por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brasil Acquisition LLC (“Travelers”) atua também nas operações de seguros e resseguros em ramos elementares e de danos, operando principalmente nos ramos de garantias de obrigações contratuais e judiciais, nos quais é especializado.

### **2 Base da apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais (“demonstrações financeiras”) do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Até 31 de dezembro de 2021, Banco apresentava suas demonstrações financeiras em duas colunas, sendo individual e consolidado, considerando a existência do FIDC. Para a apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022, a administração do Banco avaliou como procedente não divulgar informações consolidadas em seus quadros e notas explicativas para fins comparativos, relativos aos períodos de 2021, em razão da liquidação do FIDC, ocorrida em abril de 2022 (vide nota 6.g). Desta forma, para fins de apresentação, está sendo apresentado somente o individual de 2021 para fins comparativos.

Em 11 de agosto de 2022 as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria do Banco foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

### 3 Principais políticas contábeis

#### a. Empreendimentos em conjunto (joint ventures)

Uma joint venture é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimento controlado em conjunto, utilizando o método de equivalência patrimonial.

Abaixo, destacamos as entidades controladas em conjunto:

<u>30/06/2022 e 31/12/2021</u>			
Empresas	Atividade	Método de reconhecimento	Participação total - %
<b>Entidades seguradoras no País</b>			
Junto Holding Brasil S.A. (a)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50
Junto Holding LATAM S.A. (b)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50

<u>30/06/2022 e 31/12/2021</u>			
Empresas	Atividade	Método de reconhecimento	Participação total - %
<b>Entidades seguradoras no País</b>			
Junto Holding Brasil S.A. (a)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50
Junto Holding LATAM S.A. (b)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50

(a) A Junto Holding Brasil S.A. (antiga J. Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A), foi constituída em 7 de maio de 2008, tendo como objeto social a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. Um Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas o Paraná Banco S.A. que possui 50,5% de suas ações e a Travelers Brazil Acquisition LLC titular de 49,5% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Companhia passou a ser uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Travelers Brazil a partir de 17 de junho de 2011.

(b) Junto Latam S.A. (antiga J. Malucelli LATAM S.A.) é uma holding dos investimentos na América Latina constituída em 4 de junho de 2014, tendo como objeto social a participação em sociedades atuantes nos ramos de seguros, resseguro e serviços correlatos.

As empresas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e os procedimentos adotados na avaliação desses investimentos estão detalhados na nota explicativa 8.

**b. Apuração do resultado**

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

**c. Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

**d. Caixas e equivalentes a caixa**

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

**e. Instrumentos financeiros**

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data.

**(i) Títulos disponíveis para a venda**

Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

**(ii) Títulos mantidos até o vencimento**

Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

**(iii) Títulos para negociação**

Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

**(iv) Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Bacen, obedecendo ao seguinte critério:

**Futuros** - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são classificados como "hedge" de fluxo de caixa no Banco. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto do *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecido diretamente em conta de resultado.

**f. Operações de crédito, depósitos e demais instrumentos financeiros**

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

**g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída em montante compatível com a avaliação de risco de crédito, conforme análise da Administração e normas emanadas do Bacen, que estabelece a criação de nove faixas de riscos, sendo AA (mínimo) e H (perda), e percentuais mínimos de provisionamento para cada faixa.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido nas normas anteriormente referidas.

As operações de crédito com consignação de parcelas em folha de pagamento ("Crédito Consignado") são classificadas levando em consideração o *status* individual de cada contrato de empréstimo, não atribuindo de forma automática o mesmo nível de risco para todas as operações de um mesmo cliente.

Na hipótese de um cliente possuir mais de 1 (um) contrato, aquele(s) que se encontra(m) em curso normal (com as parcelas de principal e encargos sendo amortizadas total ou parcialmente em base mensal) será(ão) classificado(s) conforme a situação do(s) contrato(s), individualmente, independentemente da classificação dos demais contratos (mesmo que um ou mais estejam em prejuízo).

Para as demais modalidades de crédito, a classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

O Banco não considera, para nenhuma modalidade de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

**h. Investimentos em participações, em coligadas e controladas**

Nas demonstrações financeiras, os investimentos em sociedades coligadas e controladas em conjunto são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

**i. Imobilizado de uso**

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

**j. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por operações compromissadas**

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

**k. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%, entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2020 considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

A Emenda constitucional nº 103/19, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), para bancos, elevando-a de 15% para 20% a partir de março de 2020.

Conforme a Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, alterou a lei 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001. A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 elevando-a de 20% para 25%.

Os créditos tributários e os passivos diferidos, apresentados nas rubricas “Outros créditos - Diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo.

Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros conforme previsto na regulamentação vigente (Circular nº 3.959/19 do Bacen e alterações advindas da Resolução nº. 4.720/19 do CMN).

Os impostos são calculados às alíquotas a seguir discriminadas:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda	15%
Adicional de Impostos de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de janeiro de 2019 até 29 de fevereiro de 2020	15%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de 01 de março de 2020 até 30 de junho de 2021 e após 31 de dezembro de 2021	20%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021	25%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	5%

#### **I. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As constituições para as contingências cíveis e trabalhistas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da premissa inerente ao prazo e ao valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações Legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

#### **m. Lucro por ação**

O Banco efetua os cálculos do lucro por ação, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 636/10 da CVM.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existem instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ações básicos no futuro, de modo que o lucro básico por ação é o mesmo que o lucro diluído por ação.

#### **n. Resultado recorrente e não recorrente**

As políticas internas do Banco consideram como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social. A Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no primeiro semestre de 2022 no montante de R\$ 70.847 (R\$ 94.727 no primeiro semestre de 2021), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

## 4 Caixa e equivalentes a caixa

Referem-se a disponibilidades e operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme segue:

	30/06/22	31/12/21
<b>Total de disponibilidades</b>	<u>38</u>	<u>13</u>
<b>Operações compromissadas - Posição bancada</b>	<u>750.002</u>	<u>807.008</u>
Letras Financeiras do Tesouro	500.002	257.007
Letras do Tesouro Nacional	250.000	550.001
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<u>200</u>	<u>200</u>
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<u>750.202</u>	<u>807.208</u>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>750.240</u>	<u>807.221</u>

## 5 Instrumentos financeiros

### a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão assim classificados nas respectivas datas-bases:

30 de junho de 2022

	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>						
<b>Carteira própria</b>						
NTN-B (a.1)	-	698.467	227.620	237.634	1.163.720	1.199.257
LFT (a.2)	-	49.533	4.533	228.962	283.028	283.319
<b>Vinculados a prestação de garantia</b>						
LFT (a.2)	-	-	-	84.222	84.222	84.327
<b>Vinculados a compromisso de recompra</b>						
NTN-B (a.1)	-	5.468	-	-	5.468	5.468
LFT	-	85.984	-	-	85.984	85.979
<b>Mantidos para negociação (a.4)</b>						
<b>Títulos de capitalização</b>						
Títulos de capitalização	634	-	-	-	634	634
<b>Total</b>	<u>634</u>	<u>839.452</u>	<u>232.153</u>	<u>550.818</u>	<u>1.623.057</u>	<u>1.658.984</u>

31 de dezembro de 2021

	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>						
<b>Carteira própria</b>						
NTN-B (a.1)	-	-	578.773	448.958	1.027.731	1.066.073
LFT (a.2)	-	30.348	115.535	221.267	367.150	367.697
<b>Vinculados a prestação de garantia</b>						
LFT (a.2)	-	-	-	79.772	79.772	79.992
<b>Vinculados a compromisso de recompra</b>						
LFT	-	-	13.003	-	13.003	13.006
<b>Mantidos para negociação (a.4)</b>						
<b>Carteira própria</b>						
Fundos (a.3)	11.181	-	-	-	11.181	11.181
<b>Títulos de capitalização</b>						
Títulos de capitalização	634	-	-	-	634	634
<b>Total</b>	<b>11.815</b>	<b>30.348</b>	<b>707.311</b>	<b>749.997</b>	<b>1.499.471</b>	<b>1.538.583</b>

- (a.1) Formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs.
- (a.2) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
- (a.3) Referem-se a aplicações em cotas de fundos de Renda Fixa não exclusivos, que são valorizadas pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. No balanço individual, inclui cotas subordinadas do FIDC Paraná Banco III no montante de R\$ 22.610 em 31 de dezembro de 2021. Não há saldo em 30 de junho de 2022.
- (a.4) Os títulos classificados como mantidos para negociação estão demonstrados nos quadros acima pelos seus vencimentos originais, sendo classificados no balanço patrimonial no ativo circulante, de acordo com a Circular nº 3.068, de 7 de novembro de 2001.

## b. Instrumentos financeiros derivativos

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por

meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.

O Banco possui contratos de futuros utilizados como instrumento de “*hedge*”, em estratégia de “*hedge*” de fluxo de caixa.

Os objetos de “*hedge*” são letras financeiras e certificados de depósitos bancários inicialmente designados como depósitos de clientes e recursos de emissão de títulos.

A estratégia de “*hedge*” visa proteger contra as oscilações da curva de juros por meio de contratos futuros de DI.

A efetividade verificada na carteira “*hedge*” encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

	30/06/2022	31/12/2021
<b>Instrumento / Operação</b>		
Instrumento de “ <i>hedge</i> ”	Operações de futuros contratadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão
Objeto de “ <i>hedge</i> ”	Letras financeiras e Certificados de depósitos bancários	Letras financeiras e Certificados de depósitos bancários
Valor do instrumento de “ <i>hedge</i> ”(notional)	(3.926.875)	(4.466.583)
Valor do objeto de “ <i>hedge</i> ”(notional)	3.437.325	4.037.464
Ganho (perda) referente ao instrumento de “ <i>hedge</i> ”	16.257	25.512
Ganho (perda) referente ao objeto de “ <i>hedge</i> ”	(18.572)	(27.118)
Taxa de efetividade	104,24%	110,63%

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, os contratos de derivativos estão representados por operações de futuros, conforme abaixo:

	Ativo (a)				Passivo (a)			
	Circulante	Longo Prazo	Total 30/06/22	Total 31/12/21	Circulante	Longo Prazo	Total 30/06/22	Total 31/12/21
Futuros de DI	-	-	-	1	1.276	-	1.276	1.418
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1.276</b>	<b>-</b>	<b>1.276</b>	<b>1.418</b>

- (a) São apresentados no balanço patrimonial na linha de negociação e intermediação de valores, na rubrica de “outros créditos” e “outras obrigações”. Todas as operações de derivativos registradas no semestre findo em 30 de junho de 2022 estão designadas integralmente para o hedge.

**c. Valores estimados de mercado**

Os valores de mercado foram estimados com base em preços oficialmente divulgados pela ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Mudanças nas premissas e nas alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

**6 Operações de crédito, outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

**a. Composição da carteira por modalidade de crédito**

	30/06/22	31/12/21
Conta garantida	649	683
Capital de giro	6.401	5.633
Crédito pessoal parcelado (a.1)	6.272.536	5.983.854
Operações de crédito vinculadas a cessão (a.2)	-	51.283
Crédito imobiliário	10.066	11.141
<b>Total</b>	<b>6.289.652</b>	<b>6.052.594</b>

(a.1) Refere-se a operações de crédito consignado em folha de pagamento.

(a.2) Refere-se a operações de crédito consignado cedidas ao FIDC Paraná Banco III com retenção substancial de riscos e benefícios de acordo com a Resolução n.º 3.533 do Conselho Monetário Nacional. Em 2022 os valores estão zerados pois ocorreu a liquidação do FIDC.

**b. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento, tipo de cliente e atividade econômica**

	Contratos vencidos a partir de 15 dias (b.1)	Contratos a vencer				30/06/22	31/12/21
		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Interm. Financeira	-	23	380	174	22	599	340
Comércio	-	6	0	0	-	6	16
Serviços	510	1.017	3.351	1.271	286	6.435	5.990
Pessoa física	273.381	416.127	1.128.192	2.241.650	2.223.262	6.282.612	6.052.594
<b>Total – 30/06/22</b>	<b>273.891</b>	<b>417.173</b>	<b>1.131.923</b>	<b>2.243.095</b>	<b>2.223.570</b>	<b>6.289.652</b>	
<b>Total – 31/12/21</b>	<b>236.238</b>	<b>373.905</b>	<b>1.069.418</b>	<b>2.143.259</b>	<b>2.229.774</b>		<b>6.052.594</b>

(b.1) Classificada no Ativo Circulante. Esses valores estão representados pelo saldo total dos contratos com parcelas em atraso.

**c. Composição da carteira de crédito e outros créditos por nível de risco**

Nível	Situação	Atraso em dias	% de provisão	30/06/2022		31/12/2021	
				Total geral	Provisão requerida	Total geral	Provisão requerida
A	Normal	(c.1)	0,50	5.976.998	29.876	5.784.801	28.917
B	Normal	-		18.125	181	10.668	107
	Vencido	De 15 a 30	1,00	106.081	1.061	75.926	759
C	Normal	-		6.539	196	7.265	218
	Vencido	De 31 a 60	3,00	44.122	1.324	43.684	1.311
D	Normal	-		2.273	227	3.022	302
	Vencido	De 61 a 90	10,00	26.920	2.692	23.986	2.399
E	Normal	-		2.012	604	1.345	404
	Vencido	De 91 a 120	30,00	18.899	5.670	17.396	5.219
F	Normal	-		847	424	1.244	622
	Vencido	De 121 a 150	50,00	15.264	7.632	12.428	6.215
G	Normal	-		2.312	1.618	1.456	1.019
	Vencido	De 151 a 180	70,00	11.430	8.001	12.846	8.992
H	Normal	-		6.654	6.654	6.563	6.564
	Vencido	Acima de 180	100,00	51.176	51.176	49.965	49.966
<b>Total geral</b>				<b>6.289.652</b>	<b>117.335</b>	<b>6.052.594</b>	<b>113.015</b>

(c.1) Inclui saldos em atraso até 14 dias.

**d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	30/06/22	31/12/21
<b>Saldo inicial</b>	<u>113.015</u>	<u>147.243</u>
Constituição (líquida de reversões)	96.320	255.868
Baixas	<u>(92.000)</u>	<u>(290.096)</u>
<b>Saldo final</b>	<b><u>117.335</u></b>	<b><u>113.015</u></b>
<b>Recuperação de créditos baixados</b>	<b>12.822</b>	<b>26.377</b>

**e. Concentração de créditos**

	30/06/22	31/12/21
Dez maiores devedores	9.039	9.861
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,14%	0,16%
Cinquenta maiores devedores seguintes	19.890	20.221
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,32%	0,33%

#### f. Créditos renegociados e refinanciados

O volume dos créditos refinanciados e renegociados é composto pelas operações existentes no período que se mantiveram ativos na carteira em cada data base. Os valores foram apurados considerando os critérios descritos na Resolução Bacen nº 2.682/99, que considera:

Renegociados: a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas; e

Refinanciados: os contratos que não apresentam atrasos ou deterioração na situação do devedor.

	30/06/2022 (6 meses)	31/12/2021 (12 meses)
Renegociados	1.540.066	2.608.285
Refinanciados	543.593	2.347.021
<b>Total</b>	<b>2.083.660</b>	<b>4.955.306</b>

#### g. Cessão de créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2022 não foram realizadas cessões de crédito da carteira de crédito consignado (também não teve no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Os créditos vinculados a cessão terminaram sem saldo em 30 de junho de 2022, (R\$ 51.283 em 31 de dezembro de 2021).

Em 13 de abril de 2022 foi aprovada a liquidação do Fundo, dada a recompra da totalidade dos Direitos Creditórios presentes na carteira. O pagamento aos Cotistas titulares de cotas subordinadas somente ocorreu após o resgate e pagamento da totalidade das cotas seniores em circulação.

## 7 Outros créditos

#### a. Diversos

	30/06/22	31/12/21
<b>Circulante</b>		
Créditos de convênios (b)	4.338	2.956
Adiantamentos diversos (a)	3.311	2.507
Devedores diversos - outras instituições (d)	12.317	12.023
<b>Total</b>	<b>19.965</b>	<b>17.486</b>

#### Realizável a longo prazo

	30/06/22	31/12/21
Depósitos judiciais	6.735	6.575
Cessão de créditos (c)	-	33.432
<b>Total</b>	<b>6.735</b>	<b>40.007</b>

(a) Refere-se a adiantamentos de comissões e antecipações salariais.

- (b) O saldo refere-se a créditos com repasses de convênios.
- (c) Refere-se a parcelas de contratos cedidos ao FIDC com vencimento superior ao vencimento do Fundo. Considerando a obrigatoriedade da cessão integral do contrato de crédito consignado, tais parcelas são registradas como “Ativos a Receber” no balanço do Banco e em contrapartida como “Passivos a Pagar” no balanço do FIDC. Para a cessão destas parcelas não há movimentação financeira entre o Banco e o FIDC.
- (d) Refere-se substancialmente a saldos de portabilidade, saldo disponibilizado em conta corrente e recebimentos diversos relacionados a outras instituições.

## 8 Investimentos em participações em coligadas e controladas em conjunto no País

	30/06/2022			31/12/2021	
	Junto Holding Brasil S.A. (a)	Junto Holding Latam S.A. (b)	CERTA Central de Registro de Ativos S.A. (c)	Total	Total
<b>Informações sobre as empresas</b>					
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	417.143	60.281	68.038		
Patrimônio líquido	565.718	36.008	49.771		
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre	31.206	1.100	(18.267)		
<b>Informações sobre os investimentos</b>					
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	210.657	30.442	2.562		
Percentual de participação	50,50%	50,50%	3,77%		
<b>Valor da movimentação das contas</b>					
Saldos iniciais	284.166	18.488	2.103	304.757	307.188
Dividendos recebidos referentes ao exercício anterior	-	-	-	-	(4.132)
Dividendos a receber referentes ao exercício anterior	-	-	-	-	(4.499)
Dividendos recebidos referentes ao período vigente	(13.495)	-	-	(13.495)	-
Aumento de capital	-	-	-	-	608
Redução de capital	-	-	-	-	(7.296)
Ajuste de avaliação patrimonial	(743)	(860)	-	(1.603)	(5.848)
Resultado de equivalência patrimonial	15.759	556	-	16.315	18.736
<b>Saldo das participações</b>	<b>285.687</b>	<b>18.184</b>	<b>2.103</b>	<b>305.974</b>	<b>304.757</b>

- (a) Empresa holding dos investimentos nas controladas em conjunto indiretas Junto Resseguros S.A. e Junto Seguros S.A.
- (b) Junto Holding Latam S.A. é uma holding (controlada em conjunto) dos investimentos na América Latina constituída 04 de junho de 2014.
- (c) CERTA – Central de Registro de Ativos S.A. participação adquirida em 8 de agosto de 2018, tem como objeto social atividades de registro de títulos e de outros instrumentos financeiros, que não sejam considerados valores mobiliários, incluindo o registro de ônus e gravames a eles relacionados, ou sobre ele incidentes. O método de reconhecimento é por custo visto a inexistência de influência significativa.

## 9 Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

### a. Depósitos

Segue a composição por prazo de vencimento:

Vencimento	À vista (a)		Interfinanceiros		A prazo (b) (c)	
	30/06/22	31/12/21	30/06/22	31/12/21	30/06/22	31/12/21
Sem vencimento(a)	3.479	10.683	-	-	-	-
Até 90 dias	-	-	27.575	7.154	1.341.385	604.500
De 91 a 360 dias	-	-	28.725	34.742	1.510.432	2.485.066
Acima de 360 dias	-	-	-	-	1.858.982	1.647.975
<b>Total</b>	<b>3.479</b>	<b>10.683</b>	<b>56.300</b>	<b>41.896</b>	<b>4.710.799</b>	<b>4.737.542</b>

- (a) Apresentadas como “sem vencimento”, independentemente do giro normal dos depósitos.
- (b) Em 30 de junho de 2022, o saldo com garantia especial conforme Resolução nº 4.115 de 26 de julho de 2012 é de R\$ 1.070.634 (R\$ 1.640.956 em 31 de dezembro de 2021).
- (c) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 370.956 (R\$ 376.212 em dezembro de 2021).

Os montantes que estão na estrutura de hedge, segundo política do Banco, são: CDB R\$ 1.066.940, CDI R\$ 22.567, LF R\$ 1.320.209 e DPG R\$ 1.027.610.

### b. Captações no mercado aberto

Referem-se a operações de recompras a liquidar, lastreadas em títulos públicos federais, conforme segue:

	30/06/22	31/12/21
<b>Recompras a liquidar - carteira própria</b>		
LFT	85.972	55.987
NTN	5.457	-
<b>Total</b>	<b>91.429</b>	<b>55.987</b>

### c. Recursos de aceites e emissão de títulos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a composição da carteira está demonstrada como segue:

	30/06/22		31/12/21	
	Circulante	Realizável a longo prazo	Total	Total
Obrigações por emissão de LCI	-	-	-	121
Obrigações por emissão de Letra Financeira	1.016.063	1.741.484	2.757.547	2.497.145
Obrigações por emissão de Letra Financeira Perpétua	-	40.687	40.687	40.460
<b>Total</b>	<b>1.016.063</b>	<b>1.782.171</b>	<b>2.798.234</b>	<b>2.537.726</b>

## 10 Outras obrigações – Diversas

<b>Circulante</b>	<b>30/06/22</b>	<b>31/12/21</b>
Cessão com retenção de riscos (a)	-	18.529
Provisão para pagamento a efetuar - Outras despesas administrativas	18.381	16.925
Credores diversos - País (b)	28.400	26.106
Provisão - tarifas	472	451
Outros	<u>152</u>	<u>64</u>
<b>Total</b>	<b><u>47.405</u></b>	<b><u>62.075</u></b>

<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>30/06/22</b>	<b>31/12/21</b>
Cessão com retenção de riscos (a)	-	34.412
Provisão para contingências cíveis (Nota 11)	4.357	4.292
Provisão para contingências tributárias (Nota 11)	1.280	1.249
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 11)	<u>3.166</u>	<u>3.115</u>
<b>Total</b>	<b><u>8.803</u></b>	<b><u>43.068</u></b>

- (a) Refere-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial de riscos, estes valores estão alocados exclusivamente no FIDC Paraná Banco III.
- (b) Refere-se a valores repassados pelos convênios e pagos pelos clientes, referente operações de empréstimos, cuja identificação e baixa da operação ocorreram no mês subsequente ao da data-base. Além disso temos o saldo disponibilizado em conta corrente para utilização do PIX.

## 11 Provisões

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

### a. Composição das provisões

A Administração do Banco, com base em informações de seus assessores jurídicos, a respeito das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<b>30/06/22</b>	<b>31/12/21</b>
Cíveis	4.357	4.292
Trabalhistas	3.166	3.115
Tributárias	<u>1.280</u>	<u>1.249</u>
<b>Total</b>	<b><u>8.803</u></b>	<b><u>8.656</u></b>

## b. Movimentação das provisões

2022					
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ atualização monetária	Reversão	Pagamento	Saldos em 30 de junho
Cíveis	4.292	6.843	(3.888)	(2.890)	4.357
Trabalhistas	3.115	2.038	(993)	(994)	3.166
Tributárias	1.249	31	-	-	1.280
<b>Total – Banco</b>	<b>8.656</b>	<b>8.912</b>	<b>(4.881)</b>	<b>(3.884)</b>	<b>8.803</b>

2021					
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ atualização monetária	Reversão	Pagamento	Saldos em 31 de dezembro
Cíveis	3.130	8.348	(2.659)	(4.527)	4.292
Trabalhistas	4.145	2.595	(1.784)	(1.841)	3.115
Tributárias	1.225	24	-	-	1.249
<b>Total – Banco</b>	<b>8.500</b>	<b>10.967</b>	<b>(4.443)</b>	<b>(6.368)</b>	<b>8.656</b>

## 12 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Banco	
	30/06/22	30/06/21
Resultado antes da tributação sobre o lucro	88.625	139.948
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas vigentes (i)	(39.882)	(62.976)
Exclusões (adições) permanentes	22.109	17.755
Participações em controladas	7.342	5.366
Juros sobre o capital próprio	17.740	(10.325)
Outras	(2.973)	22.714
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do período	(17.772)	(45.221)

- (i) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social para as empresas financeiras e equiparadas a partir de janeiro de 2019 até 29 de fevereiro de 2020, e de 20% a partir de 01 de março de 2020, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103/19. Conforme Lei 14.183/2021 a alíquota da CSLL a partir de julho de 2021, é de 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022.

**b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social**

	30/06/22	30/06/21
Impostos diferidos – Reversão no período, sobre adições temporárias	(17.772)	(20.315)
Impostos correntes - Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(24.906)
<b>Total</b>	<b>(17.772)</b>	<b>(45.221)</b>

**Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Descrição	2022		
	Saldos em 1° de janeiro	Constituição / (realização)	Saldos em 30 de junho
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</b>			
Sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa	41.447	59.710	101.157
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	4.285	(255)	4.030
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	366	(366)	-
Sobre ajuste de hedge accounting	15.036	(78.369)	(63.333)
Sobre títulos disponíveis para venda	17.601	(442)	17.159
Sobre prejuízo fiscal	2.988	35.406	38.394
<b>Total</b>	<b>81.723</b>	<b>15.684</b>	<b>97.407</b>

Descrição	2021		
	Saldos em 1° de janeiro	Constituição / (realização)	Saldos em 31 de dezembro
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</b>			
Sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa	86.343	(44.896)	41.447
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	5.550	(1.265)	4.285
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	366	-	366
Sobre ajuste de hedge accounting	85.658	(70.622)	15.036
Sobre títulos disponíveis para venda	-	17.601	17.601
Sobre prejuízo fiscal	-	2.988	2.988
	<b>177.917</b>	<b>(96.194)</b>	<b>81.723</b>

**c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social**

A previsão de realização dos créditos tributários é de até cinco anos, fundamentada no estudo de recuperabilidade realizado com base no orçamento do Banco.

A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 97.407 em 30 de junho de 2022 (R\$ 81.723 em 31 de dezembro de 2021).

Além dos créditos tributários, o Banco tem um saldo de R\$ 29.596 referente a IR e CSLL de antecipações e pagamentos a maior e o saldo de outros impostos a recuperar totalizando R\$ 3.783.

**d. Créditos tributários não registrados**

O Banco não possui créditos tributários não registrados em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro 2021.

## **13 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

O capital social do Banco, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 1.646.442 (1.646.442 em 31 de dezembro 2021) de ações ordinárias e 1.608.551 (1.608.551 em 31 de dezembro 2021) de ações preferenciais pertencentes a acionistas domiciliados no País todas sem valor nominal.

**b. Ações em tesouraria**

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, o Banco não possuía ações em tesouraria.

**c. Reservas de lucros**

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco e das suas controladas, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Conforme disposições estatutárias, o Conselho de Administração efetua a proposta de destinação do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e do pagamento do dividendo obrigatório mínimo, cuja proposta é levada à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

**d. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

No semestre findo em 30 de junho de 2022 não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante o artigo 2º da Resolução nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil.

	<b>30/06/22</b>		
	<b>Bruto</b>	<b>IRRF</b>	<b>Líquido</b>
Juros sobre o Capital Próprio (1)	18.471	2.771	15.700
Juros sobre o Capital Próprio (2)	20.950	3.143	17.807
<b>Total</b>	<b>39.421</b>	<b>5.914</b>	<b>33.507</b>

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2022 e pago em 5 de abril de 2022.
- (2) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2022 e pago em 5 de julho de 2022.

	<b>31/12/21</b>		
	<b>Bruto</b>	<b>IRRF</b>	<b>Líquido</b>
Juros sobre o Capital Próprio (1)	4.617	693	3.924
Juros sobre o Capital Próprio (2)	4.263	639	3.624
Juros sobre o Capital Próprio (3)	4.524	679	3.845
Juros sobre o Capital Próprio (4)	4.692	704	3.988
Juros sobre o Capital Próprio (5)	4.849	727	4.122
Juros sobre o Capital Próprio (6)	4.692	704	3.988
Juros sobre o Capital Próprio (7)	5.132	770	4.362
Juros sobre o Capital Próprio (8)	4.967	745	4.222
Juros sobre o Capital Próprio (9)	5.595	839	4.756
Juros sobre o Capital Próprio (10)	5.415	812	4.603
Juros sobre o Capital Próprio (11)	5.328	799	4.529
Juros sobre o Capital Próprio (12)	5.133	770	4.363
<b>Total</b>	<b>59.207</b>	<b>8.881</b>	<b>50.326</b>

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de fevereiro de 2021 e pago em 12 de fevereiro de 2021.
- (2) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2021 e pago em 15 de março de 2021.
- (3) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de abril de 2021 e pago em 14 de abril de 2021.
- (4) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2021 e pago em 12 de maio de 2021.
- (5) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de junho de 2021 e pago em 11 de junho de 2021.
- (6) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de julho de 2021 e pago em 07 de julho de 2021.
- (7) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de agosto de 2021 e pago em 09 de agosto de 2021.
- (8) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de setembro de 2021 e pago em 02 de setembro de 2021.
- (9) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de outubro de 2021 e pago em 04 de outubro de 2021.
- (10) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de novembro de 2021 e pago em 11 de novembro de 2021.
- (11) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de dezembro de 2021 e pago em 03 de dezembro de 2021.

- (12) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2021 e pago em 29 de dezembro de 2021.

## 14 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com as empresas controladas, controladas em conjunto, com outras empresas do grupo e pessoas-chave na Administração.

Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

Descrição	30/06/22		
	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas) 6 Meses
Depósitos à vista	(509)	-	-
Depósitos a prazo (a)	(367.144)	-	(13.761)
Letra financeiras (a)	(102.386)	-	(81)
Remuneração da Administração (b)	-	-	(3.019)
Juros sobre capital próprio	-	(39.421)	-
Serviços da tecnologia da informação (c)	-	-	(29.923)
Serviços Prestados	-	-	378
Descrição	31/12/21		
	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas) 2º Semestre
Depósitos à vista	(6.929)	-	-
Depósitos a prazo (a)	(262.551)	-	(7.404)
Letra financeiras (a)	(60.885)	-	(492)
Remuneração da Administração (b)	-	-	(4.319)
Dividendos pagos	-	(69.599)	-
Juros sobre capital próprio	-	(59.207)	-
Dividendos recebidos	4.132	-	-
Dividendos a receber	4.499	-	-
Serviços da tecnologia da informação (c)	-	-	(25.405)
Serviços Prestados	-	-	158

- (a) Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.
- (b) Refere-se à remuneração do pessoal-chave da Administração.
- (c) Operações efetuadas a valores de mercado, prestação de serviços de tecnologia da informação.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM.

As partes relacionadas são as seguintes:

4UM Gestão de Recursos Ltda.; 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; Junto Seguros S.A., Junto Resseguros S.A., Junto Holding Brasil S.A., Junto Holding Latam S.A., J Malucelli Administração e Participação e suas controladas não financeiras, destacando-se a J Malucelli Construtoras de Obras, a J Malucelli Energia, a J Malucelli Rental, a J Malucelli Equipamentos, a J Malucelli Serviços de Tecnologia Ltda., J Malucelli Futebol S/A., a Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda., a Invest Bens Administradora de Bens, a J Malucelli Gerenciadora de Projetos e Análise de Riscos, a J Malucelli Concessões e a Porto de Cima Incorporações.

## 15 Outras despesas administrativas

	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
Serviços técnicos especializados (d)	(44.079)	(40.319)
Comissões e corretagens (a)	(37.834)	(34.169)
Despesas com tarifas de convênios (b)	(15.259)	(10.395)
Processamento de dados	(14.189)	(18.229)
Propaganda e publicidade	(3.212)	(12.092)
Despesas do sistema financeiro	(2.166)	(3.396)
Despesas com aluguel	(1.790)	(1.843)
Despesas com comunicações	(1.325)	(2.902)
Manutenção e conservação de bens	(825)	(979)
Serviços gráficos	(455)	(391)
Despesas com viagens	(387)	(170)
Despesas com transportes	(237)	(204)
Promoções e relações públicas	(57)	(131)
Despesas com publicações	(50)	(148)
Material expediente	(43)	(152)
Outras (c)	(4.957)	(5.309)
<b>Total</b>	<b>(126.865)</b>	<b>(130.829)</b>

- (a) Despesas com comissões pagas aos correspondentes bancários - crédito consignado.
- (b) Referem-se a pagamentos mensais efetuados às empresas de consignação que são as responsáveis por intermediar a carteira de empréstimos consignados.
- (c) Referem-se a despesas diversas como água, energia elétrica, vigilância, copa e cozinha e despesas com cartórios.
- (d) Refere-se a despesa com serviços de consultoria, honorários de serviços de call-center, auditoria externa e assessoria técnica.

## 16 Outras receitas e despesas operacionais

	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
<b>Outras receitas</b>		
Lucros na alienação de valores e bens	218	7
Reversão de provisão cível e trabalhista	1.770	366
Atualização FIDC	541	6.144
Ressarcimento despesas RCO	1.582	7.435
Outras	67	666
<b>Total</b>	<b>4.178</b>	<b>14.618</b>
<b>Outras despesas</b>		
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(5.801)	(2.863)
Custos com FIDC	(1.481)	-
Outros	(1.586)	(1.894)
<b>Total</b>	<b>(8.868)</b>	<b>(4.757)</b>

## 17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021 referem-se aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, divulgados na Nota Explicativa nº 5, as operações de crédito na Nota Explicativa nº 6 e os depósitos a prazo na Nota Explicativa nº 9. No quadro abaixo seguem os valores de mercado para as operações de crédito e para os depósitos a prazo, visto que os demais instrumentos financeiros anteriormente citados já estão sendo apresentados a valor de mercado:

	30/06/22			31/12/21		
	Valor contábil	Valor de mercado	Lucro (prejuízo) não realizado	Valor contábil	Valor de mercado	Lucro (prejuízo) não realizado
Operações de crédito (Nota 6)	6.289.652	5.774.116	(515.536)	6.052.594	5.832.951	(219.643)
Depósitos a prazo (Nota 9.a)	4.710.799	4.246.608	464.191	4.737.542	4.474.915	262.626

Os valores de mercado foram calculados mediante desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas de operações de crédito praticadas no mercado na data do balanço.

As operações do Banco e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### a. Risco de crédito

As políticas de crédito do Banco são fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da análise de crédito criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de seus produtos (pulverização do risco).

O Banco possui, ainda, a provisão para perdas com operações de crédito, no montante de R\$ 117.335 (R\$ 113.015 em 31 de dezembro de 2021), para fazer face ao risco de crédito.

**b. Risco de taxa de juros e de liquidez**

Os resultados do Banco estão suscetíveis a sofrer variações significativas decorrentes das operações contratadas a taxa de juros pós-fixada e prefixada. A Administração gerencia o risco de taxa de juros e o risco de liquidez, por meio de sistemas que incluem VAR, relatórios de rentabilidade, de liquidez e outros relatórios gerenciais.

**c. Risco de mercado**

***Parâmetros utilizados para o gerenciamento do risco de mercado***

O Banco utiliza as seguintes metodologias para avaliar o risco de mercado, facilitando a análise e a percepção sobre o quadro de risco ao qual o Banco está exposto.

***Posições***

O valor de mercado das posições é segregado em “compradas” e “vendidas”.

Esses dois valores dão uma ideia do volume de negócios, mas, não necessariamente, uma visão real do risco.

Limites de posição podem ser estabelecidos em função de um tipo de instrumento específico ou estratégia, para que sejam mantidos de acordo com os níveis desejados pelo Banco.

***Sensibilidades***

As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira do Banco. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e da estrutura da carteira do Banco.

Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo da taxa de juros por um ponto-base (0,01) é a principal medida de sensibilidade.

***Análise de cenário (teste de estresse)***

É um requerimento das Autoridades Reguladoras. Os cenários generalizam as sensibilidades, pois com o impacto do movimento, uma gama inteira de parâmetros de mercado é considerada ao mesmo tempo.

Os resultados de um teste de estresse dão uma informação complementar da potencial perda da carteira do Banco para cenários de ruptura de mercado, situação que o modelo-padrão de VaR não consegue prever. Os cenários de estresse são estabelecidos pelo Comitê de Riscos e Capital com o Departamento de Planejamento Financeiro e são revisados anualmente.

Caso haja necessidade de reavaliação, em face das alterações substanciais nas condições do mercado, essas serão discutidas no Comitê de Riscos e Capital.

***Value at Risk***

O Value at Risk (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*), sob condições normais de mercado.

Para o VaR regulatório reportado localmente, por exemplo, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias de *holding period*.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

#### *Net Interest Income (NII)*

A exposição da carteira, *Banking*, é mensurada através da metodologia Net Interest Income (NII), que se caracteriza por ser uma metodologia de mensuração de margem financeira, utilizada para cálculo de exposição ao risco de taxas de juros dos títulos classificados na carteira de não negociação (*Banking*).

Essa metodologia consiste em:

1. Apurar a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos num cenário base.
2. Apurar a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos num cenário de stress.
3. Fazer uma análise comparativa.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

#### *Backtesting*

O Backtesting é um elemento-chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pelo Banco, sendo, também, um requerimento da Autoridade Reguladora.

Consiste na análise da razão de verossimilhança para testar o número de perdas acima do grau de confiança esperado, servindo para identificar as falhas dos modelos de VaR e os fatores que precisarão de ajustes.

#### *Monitoramento e controle*

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de sistema integrado aos sistemas legados, controlando as posições geradoras de risco.

Com base nesse sistema, são elaborados relatórios de monitoramento e controle destinados à Gerência e aos Comitês Executivo Sênior e de Riscos e Capital. Os relatórios permitem um acompanhamento da exposição por determinada categoria de produtos, assim como a análise do comportamento da carteira quando exposta aos cenários de estresse.

Os procedimentos necessários para execução dos controles de risco estão documentados em manuais de procedimentos e são revisados com periodicidade mínima anual.

Para fins de efetuar essa análise, as operações do Banco são segregadas da seguinte forma:

- **Carteira de trading** - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade.

As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, à obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou à realização de arbitragens.

- **Carteira de banking** - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas sem intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de não negociação.

Abaixo, segue a Exigência de Capital para as carteiras *trading* e *banking*:

*Trading Book (R\$ milhares):*

	30/06/22	31/12/21
RWAjur (1)	696	872

- (1) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa de juros prefixada denominada em Reais (Circular Bacen nº 3.634/13).

*Banking Book:*

	30/06/22	31/12/21
Rban - prefixado	(12.318)	2.493
Rban - IPCA	23.447	-
Rban - IGPM	82	-
Rban - CDI	(15.085)	69.220
Rban - Selic	4.543	-

A Resolução BCB nº 48/2020 alterou, entre outros, o Art. 2º da Circular CMN 3.876/18, a fim de incluir, no âmbito desta Circular, as instituições pertencentes ao Segmento 4 (S4), de acordo com Resolução CMN 4.553/17. A Circular CMN 3.876/18 define, em seu Art. 3º, incisos IV e V, as metodologias recomendadas pelo Banco Central do Brasil para mensuração do risco de taxa de juros na carteira bancária, sendo elas  $\Delta$ EVE (“diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros”) e  $\Delta$ NII (“diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros”). Desta forma, a Instituição optou por, desde o seu início de vigência, utilizar-se da metodologia de valor econômico ( $\Delta$ EVE), para cálculo e reporte do risco de taxa de juros da carteira bancária. A partir da Res. BCB nº 48/2020, com a obrigatoriedade da aplicação da abordagem de resultado de intermediação financeira ( $\Delta$ NII), válido a partir de 01/01/2022 para instituições do Segmento 4 (S4), o Paraná Banco optou por antecipar para a competência janeiro de 2021 este movimento e passar a calcular e reportar o risco de taxa de juros da carteira bancária através da metodologia de resultado de intermediação financeira ( $\Delta$ NII). Esta metodologia aloca os fluxos consolidados nos indexadores prefixado, IGPM, IPCA, DI e SELIC (fatores de risco estes a que a Instituição está exposta) em vértices de 1 du (dia útil), 21 du, 42 du, 63, 126 du, 189 e 252 du, ou seja, um horizonte de apenas 1 ano. Esta metodologia também reforça a necessidade de verificação dos fluxos ativos e passivos vincendos durante o período de 12 meses a partir da data base de apuração com o intuito de simular uma renovação destes contratos em iguais períodos, condições e valores. Apura-se NII accrual para cada fator de risco (prefixado, IGPM, IPCA, DI e SELIC), bem como o NII MTM para os instrumentos marcados a mercado, aplicando para ambos, um choque de 400

pontos-base (4%) para cima e para baixo. Desta forma, obtém-se o  $\Delta$ NII para cada um dos fatores de risco e instrumentos MTM. Como o  $\Delta$ NII por fator de risco é indicado pela Circ. 3.876/18 como sendo a somatória do  $\Delta$ NII accrual com o  $\Delta$ NII MTM, estes valores são apurados individualmente. Por fim, dado que o  $\Delta$ NII padrão corresponde ao máximo entre a somatória dos  $\Delta$ NII calculados individualmente por fator de risco no cenário de alta das taxas de juros e a somatória dos  $\Delta$ NII calculados individualmente por fator de risco no cenário de baixa das taxas de juros, obtém-se o valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária. Os modelos adotados pelo Conglomerado estão documentados e disponíveis na área de Gestão Integrada de Riscos.

**d. Posições de instrumentos financeiros e operações de *hedge* (Quadro de análise de sensibilidade)**

A Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, dispôs sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de *hedge*, que inclui a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela nossa Administração. A referida Instrução também determinou os percentuais de deterioração aos quais a Administração deve considerar na avaliação dos cenários. Cabe ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário em uma posição estática da carteira.

Para mensurar essas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial, considera a aplicação de um ponto percentual, tanto de crescimento quanto de queda nos preços de moedas e no índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2022, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 13,2815 e 13,0185 (9,2415 e 9,0585 em 31/12/2021).
- Cenário II: Considera a aplicação de, pelo menos, 25 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2022, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 16,4375 e 9,8625 (11,4375 e 6,8625 em 31/12/2021).
- Cenário III: Considera a aplicação de, pelo menos, 50 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda nos preços de moedas no índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2022, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 19,7250 e 6,5750 (13,7250 e 4,5750 em 31/12/2021).

**Em 30 de junho de 2022**

Cenário de alta na taxa DI		Valorização				
		I	II	III		
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário-base	1%	25%	50%
				Aplicações interfinanceiras	Índice DI	750.202
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	1.623.057	13,15	2.134	53.358	106.716
Depósitos a prazo	Índice DI	4.710.799	13,15	(6.195)	(154.868)	(309.735)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	56.300	13,15	(74)	(1.851)	(3.702)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	2.704.018	13,15	(3.556)	(88.895)	(177.789)
<b>Efeito líquido</b>				<b>(6.704)</b>	<b>(167.593)</b>	<b>(335.184)</b>

<b>Cenário de baixa na taxa DI</b>				<b>Deterioração</b>		
				<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
<b>Operação</b>	<b>Risco de Variação em:</b>	<b>Valor-base</b>	<b>Cenário - base</b>	<b>1%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	750.202	13,15	(987)	(24.663)	(49.326)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	1.623.057	13,15	(2.134)	(53.358)	(106.716)
Depósitos a prazo	Índice DI	4.710.799	13,15	6.195	154.868	309.735
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	56.300	13,15	74	1.851	3.702
Letras financeiras e LCI	Índice DI	2.704.018	13,15	3.556	88.895	177.789
<b>Efeito líquido</b>				<b>6.704</b>	<b>167.593</b>	<b>335.184</b>

**Em 31 de dezembro de 2021**

<b>Cenário de alta na taxa DI</b>				<b>Valorização</b>		
				<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
<b>Operação</b>	<b>Risco de Variação em:</b>	<b>Valor-base</b>	<b>Cenário - base</b>	<b>1%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	850.203	9,15	778	19.448	38.897
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	1.499.471	9,15	1.372	34.300	68.601
Depósitos a prazo	Índice DI	4.737.542	9,15	(4.335)	(108.371)	(216.743)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	41.896	9,15	(38)	(958)	(1.917)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	2.537.726	9,15	(2.322)	(58.050)	(116.101)
<b>Efeito líquido</b>				<b>(4.545)</b>	<b>(113.631)</b>	<b>(227.263)</b>

<b>Cenário de baixa na taxa DI</b>				<b>Deterioração</b>		
				<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
<b>Operação</b>	<b>Risco de Variação em:</b>	<b>Valor-base</b>	<b>Cenário - base</b>	<b>1%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	850.203	9,15	(778)	(19.448)	(38.897)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	1.499.471	9,15	(1.372)	(34.300)	(68.601)
Depósitos a prazo	Índice DI	4.737.542	9,15	4.335	108.371	216.743
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	41.896	9,15	38	958	1.917
Letras financeiras e LCI	Índice DI	2.537.726	9,15	2.322	58.050	116.101
<b>Efeito líquido</b>				<b>4.545</b>	<b>113.631</b>	<b>227.263</b>

## 17.1 Outras informações

- (a) O Banco mantém patrimônio de referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução Bacen nº 2.099/94 e das normas posteriores. Em 30 de junho de 2022, o patrimônio de referência ajustado representava 24,32%, superior, portanto, ao mínimo de 10,5% estabelecido pelas Resoluções nº 4.955/21 e 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (24,53% em 31 de dezembro de 2021) dos ativos ponderados por risco.

- (b) Não havia avais e fianças concedidos pelo Banco nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.
- (c) O Banco é patrocinador de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. O Banco é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições, no semestre findo em 30 de junho de 2022, totalizaram R\$ 39 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2021) e. As contribuições relativas às acumulações das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.
- (d) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa são compostos por:

	30/06/22	31/12/21
<b>No início do semestre:</b>		
Disponibilidades	13	132
Aplicações interfinanceiras de liquidez (d.1)	<u>850.203</u>	<u>2.014.697</u>
<b>Total</b>	<u>850.216</u>	<u>2.014.829</u>
<b>No final do semestre:</b>		
Disponibilidades	38	13
Aplicações interfinanceiras de liquidez (d.1)	<u>750.202</u>	<u>850.203</u>
<b>Total</b>	<u>750.240</u>	<u>850.216</u>

- (d.1) Referem-se a aplicações do Banco e de controladas em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento de até 90 dias, contados a partir da data de sua aquisição.

## 18 Eventos subsequentes

Em decorrência da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos a título de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 20.950 cujo pagamento foi realizado em 5 de julho de 2022.

\* \* \*

**Diretoria**

Cristiano Malucelli – Diretor Presidente  
André Luiz Malucelli – Diretor de Investimentos  
Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores  
Marcelo Martins de Paula – Diretor de Estratégias  
Varley Antonio Sarzi – Diretor de Originação  
Paulo Corrêa Matta – Diretor de Tecnologia

**Contador responsável**

Hilário Mário Walesko – Controller  
CRC-PR 29.585/O-9